

Local Bairro do Tarujo convive paredes-meias com prédios de luxo



O bairro esquecido e decrépito à sombra da maior obra de Lisboa

Paredes-meias com a grande obra do túnel de drenagem, uma encosta de Campolide aguarda paciente e silenciosamente a regeneração. Promessas e desilusões são em igual número

Reportagem

João Pedro Pincha Texto
Daniel Rocha Fotografia

Luís Pinto vai caminhando para casa em passo lento, ao ritmo da conversa, com paragens à medida do que a memória lhe põe à frente dos olhos. Aqui lembra um antigo vizinho, ali aponta para um terreno vazio que já foi casa de gente, mais à frente fala das hortas, adiante conta mais histórias do passado. Às tantas, sai-lhe uma frase feita: “O que isto era há 50 anos e o que é hoje!”

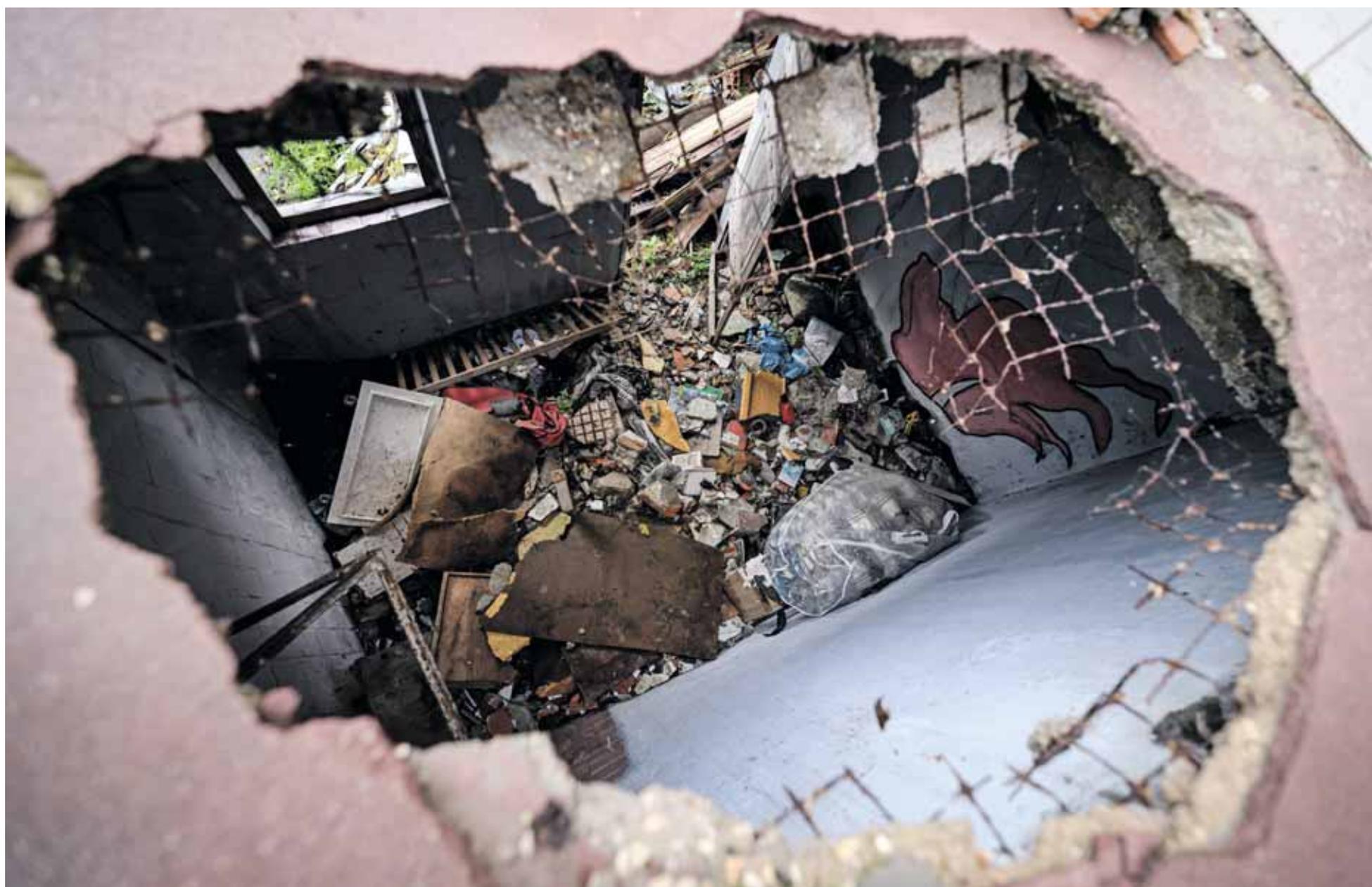
Mas na sua voz não há ponta de tristeza nem tentativa de dourar como ali se vivia. São apenas saudades de ser mais novo, de ter mais vizinhança, de ver o bairro mais movimentado do que hoje está. Vive contente: o senhorio mandou pintar o prédio e está a fazer obras nas casas. “Desde 1969 que isto nunca tinha sido pintado”, afiança, em frente do edifício amarelo com escadas de ferro, onde habitam várias famílias.

Este é um dos últimos pátios que resistem no Tarujo, um bairro de

Lisboa onde esta tipologia de habitação popular chegou a ser abundante. Nem todos eram como este, com prédio digno desse nome. Em meados do século passado, muitos eram aglomerados de barracas, quatro paredes de madeira e telhado de zinco, onde umas centenas de pessoas se acotovelvavam. “Neste terreno à minha frente viviam 15 casais”, conta o morador. E apressa-se a acrescentar: “Nunca houve um problema!”

Imaginar tantas famílias a habitar naquele espaço requer algum esforço. O lote é pequeno e está agora vazio de construções – “expectante”, na linguagem dos urbanistas –, mas a ruína encostada a um canto indicia que ali moram pessoas. Continuando pela rua fora ainda se vêem construções abarracadas, prédios devolutos e a desfazerem-se. As crateras na estrada não escondem que já passaram anos desde a última pavimentação.

O Tarujo fica numa encosta de Lisboa que há muito vive expectante. Entre a parte final da Rua de Campolide (já a chegar a



Sete Rios) e a linha de comboio, há uma cidade esquecida, invisível e degradada que convive paredes-meias com a maior obra do momento – a do grande túnel de drenagem – e com empreendimentos habitacionais de luxo.

Percebe-se porque é que a zona passa despercebida. É que este não é sítio onde se passe. Quem desce a encosta é porque quer: os poucos moradores, os trabalhadores das oficinas da CP, de uma oficina de automóveis, da construção civil e de uma serralharia. E é só. “É mesmo um sítio esquecido. O Tarujo parece que não existe”, constata Rita Saraiva, que integra uma associação que já trabalhou naquele território.

A aldeia na cidade

Francisco Reis chama-lhe “aldeia dentro da cidade”. E usa uma frase curiosa: “Da Rua de Campolide para cá, ninguém toca em ninguém. Da Rua de Campolide para lá já é Lisboa.”

Quando decidiram regressar a Portugal depois de uma vida em França e na Austrália, Francisco Reis e a mulher, Maria, decidiram

investir na compra de um prédio. Não tinham qualquer ligação ao Tarujo, aliás, nem lá tinham ido alguma vez, mas viram no bairro características que os fizeram pensar que a aposta naquele prédio amarelo com rés-do-chão, primeiro andar e sótão valia a pena.

Os anos 1990 iam sensivelmente a meio e ainda eram muitas as barracas espalhadas pelas três ruas do Tarujo e zonas contíguas: a Rabicha e a Quinta do Zé Pinto. O prédio “estava todo deteriorado, não havia ponta por onde se pegasse”, recorda Francisco Reis na varanda que dá para as traseiras, onde existia uma retrete improvisada quando adquiriu o imóvel. “As pessoas tinham medo de passar aí fora.”

Apesar disso, era um bairro “ajeitadinho”, “muito bonito”, “estava tudo ajardinado”, relata Maria. “Como sítio mais sossegado não havia outro.”

A localização foi a principal razão para aqui investirem. “Este sítio é um dos melhores de Lisboa. Vamos para todo o lado”, nota Francisco Reis, e refere a proximidade ao Eixo Norte/Sul, às estações ferroviárias

de Campolide e Sete Rios e ao centro de Lisboa. A Praça de Espanha está relativamente perto e até o Parque Eduardo VII e o Marquês de Pombal estão a uma pequena caminhada de distância.

No entender dele, esta centralidade tem sido uma faca de dois gumes. As fracções do seu prédio estão sempre arrendadas e a procura chega a números estratosféricos quando alguma casa fica vaga. Mas quase tudo em volta foi deixado num estado de relativo abandono pela Câmara de Lisboa. Sendo “um dos melhores sítios da cidade”, repete, “os terrenos são muito cobiçados”, teoriza. “Não digo que de um momento para o outro não venha uma grande empresa e compre isto tudo.”

“Caneiro 2.0”

Até muito recentemente, era fácil ir do Tarujo até à Travessa da Rabicha, outro arruamento desta encosta de Campolide onde ainda existem dois pátios em muito mau estado, o Martins e o Gonçalves. Para se chegar lá, deixava-se para trás a Vila Elvira, outra tipologia de habitação popular, nove casinhas dispostas

Luís Pinto

O morador, no que é hoje o centro do Tarujo, junto ao chafariz, com a antiga mercearia nas costas

Prédios devolutos

São várias as construções devolutas e a apodrecerem neste bairro onde ninguém passa

em fila, onde em tempos habitaram umas dezenas de famílias. Neste momento, todas as portas e janelas estão emparedadas.

O caminho está cortado desde que começou a construção do grande túnel previsto no Plano Geral de Drenagem de Lisboa. Esta estrutura, que levou a câmara ao maior concurso público da sua história (132,9 milhões de euros), inicia-se em plena Quinta do Zé Pinto e há-de atravessar meia cidade na diagonal até desembocar em Santa Apolónia. Espera-se que ajude a resolver o problema crónico das cheias na cidade.

Para já, vai causando dores de cabeça a Jorge Canela, que mora num prédio mesmo colado ao estaleiro, na Travessa da Rabicha, e que chama “caneiro 2.0” ao túnel em construção. É uma piada que tem por base o velhinho Caneiro de Alcântara. A mãe de Jorge lembra-se dessa obra de grande envergadura que mudou para sempre a paisagem lisboeta. A ribeira de Alcântara percorria todo o vale até ao Tejo e nesta zona era ladeada por quintas que foram progressivamente ocupadas por muito casario, →

Local Bairro do Tarujo convive paredes-meias com prédios de luxo



à medida que a população aumentava de acordo com a expansão fabril. Antes de 1930, segundo um levantamento da autarquia, na encosta existiam seis pátios e duas vilas, fora outras casas dispersas, onde viviam sobretudo operários em condições muito precárias.

As fotografias antigas mostram uma paisagem bucólica que hoje parece irreal: casas e casebres nas margens da ribeira, várias pontes, moinhos, animais de trabalho e mulheres a lavar roupa na água corrente. A ribeira foi encanada entre 1945 e 1967 e desapareceu do mapa mental dos lisboetas.

As dores de cabeça de Jorge Canela não datam de tão longe, até porque ele não viveu nada disto e conheceu o bairro numa fase bem diferente. São inquietações recentes: diz ele que a câmara o mandou desalojar duas oficinas que ali ocupa a empresa de construção civil que Jorge tem com o pai. As oficinas são da autarquia e foram cedidas a título precário, o que significa que podiam ser requisitadas a qualquer momento. Mas chateia-o que lhe tenha sido dado um prazo que considera curto e não tenha havido propostas de alternativas. O PÚBLICO questionou

a Câmara de Lisboa sobre este assunto, mas não obteve resposta. “A nossa solução é fechar a empresa e despedir as pessoas todas”, dispara.

Falar disto leva-o a irritações mais antigas. “Tanto se esforçam por retirar as pessoas de Lisboa que isso há-de acabar por acontecer”, critica. “Quando eu era miúdo, tudo isto estava habitado. Tudo. Este bairro tinha três mercearias, quatro cafés.” Mas não era pèra doce, reconhece. “Isto era só barracas. Era barracas até onde é o Infinity”, descreve, referindo-se à torre habitacional de luxo construída ali a 500 metros. E teve uma fase, em meados dos anos 1980, em que “era muito problemático”, com “rusgas constantes” e “muito tráfico de droga”.

O bairro que não aparece

Em 1991, segundo os Censos, residiam quase duas mil pessoas naquela encosta, o que correspondia a “perto de 9% dos residentes na freguesia de Campolide desse ano”, de acordo com um documento da Câmara de Lisboa. O Programa Especial de Realojamento (PER) deu o impulso que há décadas se esperava para a erradicação das barracas na zona,

mas passariam quase duas décadas até todos os residentes terem nova morada.

O programa SAAL, instituído logo a seguir ao 25 de Abril, identificara em 1976, só no Tarujo, 585 famílias a precisar de ser realojadas. Dois anos antes, em Julho de 1974, Luís Filipe Costa dirigiu o seu programa na RTP àquele local. O episódio de *Há só Uma Terra* dedicado ao Tarujo denunciava o estado calamitoso do saneamento básico e do abastecimento de água às populações, mostrava crianças seminuas e descalças a correr por ruas infectas, descrevia a forma como os moradores se viam livres dos dejectos e do lixo – simplesmente atirando-os para terrenos e cursos de água, os mesmos onde se plantavam hortaliças. “Quem pode viver de consciência tranquila tendo a miséria por paisagem?”, atirava o locutor.

Uma moradora (não identificada) contava a dada altura uma história que ainda ressoa nos actuais habitantes do bairro. Dizia ela que havia por ali “umas 400 barracas” e que em tempos houvera promessas de realojamento feitas pela Fundação Santa Isabel, criada pelo empresário espanhol Joaquín Peña

Mechó, que mandou construir Miraflores, no concelho de Oeiras. Veio então uma funcionária para fazer um levantamento das necessidades e, vendo que esta moradora estava grávida, comentou: “A senhora fique descansada que este [filho] já não o tem aqui.” Concluía a residente: “Ele já tem 12 anos e o bairro não apareceu. Aqui casará, com certeza, porque o bairro não aparece.”

Luís Pinto, o habitante do edifício amarelo do princípio deste texto, já não liga às promessas que periodicamente aparecem. Habitou-se a ouvir a lengalenga de que “mais ano, menos ano, isto vai tudo abaixo” e ele por lá continua, desde 1978.

Degradação

As barracas lá foram desaparecendo, enquanto os moradores eram dispersos pela Liberdade, pela Serafina. “Foi muita gente para a Boavista, o Rego, o Pe. Cruz”, acrescenta Gabriel Silva, no Tarujo nascido e criado, onde a mãe teve durante anos uma mercearia. Com uns 40 e tal anos, ainda é do seu tempo “a estrada ser de terra batida” e “não haver esgoto”, comenta. Ele foi ficando: “Se olhar para o mapa, o Tarujo é o centro

geográfico da cidade.”

“O pior foi depois de terem realojado as pessoas. Não limparam nada”, acusa Francisco Reis. Ainda hoje, num terreno próximo ao seu imóvel, há vestígios de antigas habitações. Há uns anos deflagrou um incêndio que destruiu uma casa e dois carros. As chamas lambeiram as paredes do prédio de Francisco. “Já escrevemos para os bombeiros, para a delegação de saúde, para toda a gente.”

O tempo e a inércia foram entrelaçando uma estrutura complexa de propriedades por todo o bairro. Há terrenos municipais encravados entre lotes privados, e vice-versa. Mesmo ao lado do prédio de Francisco existe um baldio pertencente à autarquia que não terá mais do que dois ou três metros de largura. Só lá vive uma solitária figueira rodeada por muito mato.

Reconhecendo que este é “um tecido urbano que continuamente permanece degradado” e onde existe um “núcleo residencial em acentuado declínio”, a Câmara de Lisboa aprovou em 2020, por unanimidade, a criação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Rua de Campolide. Era o primeiro passo



Av. Calouste Gulbenkian, em 1967, o que fez desaparecer metade do Tarujo então existente – eram também objectivos da ARU.

Rita Saraiva, que integra a delegação lisboeta da associação ADM Estrela, desenvolveu dois projectos focados no Tarujo, em 2018/2019 e 2021/2022, que receberam financiamento camarário. Um deles consistia em levar alunos da Escola Marquesa de Alorna com dificuldades nas aulas até às hortas. “Estavam durante duas horas com os hortelões locais, espaiçavam, contactavam com a natureza”, descreve. “Tivemos alunos que gostaram tanto que seguiram para essa área. Foi também a oportunidade de criar relação com um território que nos é próximo.”

Apesar de esses projectos pontuais terem recebido apoio da autarquia, Rita sente que a atitude do poder público para com aquele local é sobretudo de indiferença. “Fala-se sobre a requalificação da Serafina, da Liberdade, mas nunca ouvi falar sobre a requalificação do Tarujo”, comenta. “E estamos muito perto de Lisboa.”

A ARU da Rua de Campolide caducou ao fim de três anos, conforme a lei determina. O actual executivo, em resposta a perguntas do PÚBLICO, diz que para se fazer a ORU era preciso “estabilizar um conjunto de intervenções estruturantes”, como as relativas ao Plano de Drenagem e “outras infra-estruturas que carecem de articulação com entidades externas ao município”. Essas intervenções “não se encontram ainda estabilizadas”, o que torou inviável desenhar a reabilitação “no prazo legal para o efeito”, diz a autarquia.

A câmara garante que, ainda assim, que levou a cabo um estudo urbano que “incorpora os objectivos estabelecidos para a ARU e define já um modelo para a sua operacionalização, permitindo avançar para o desenvolvimento de operações urbanísticas, articuladas entre si, que concretizem o programa estratégico”. Não são dados mais pormenores. A única obra municipal actualmente em curso é a reabilitação de um prédio de quatro pisos, na Travessa do Tarujo, o último sobrevivente de uma fileira que foi mandada abaixo para se abrir a Av. Gulbenkian. As suas casas não-de ser arrendadas a custos controlados pela câmara.

No bairro é ver para crer. Já houve outras promessas e outras desilusões. “Aqui tem sido sempre uma batalha”, desabafa Francisco Reis. “Os planos para aqui mudam de cada vez que um presidente muda”, diz Jorge Canela. E encolhe os ombros, como quem já sabe com o que contar: “A câmara faz o que lhe apetece, depois as pessoas têm de aprender a viver à volta.”

para dar um destino àquela zona: só com a delimitação dessa área se podia definir o que fazer concretamente, através de um instrumento chamado Operação de Reabilitação Urbana (ORU), que

nunca chegou a ser desenhado.

A aprovação da ARU não era, ainda assim, coisa meramente burocrática. Dava logo possibilidade de benefícios fiscais aos proprietários que reabilitassem os

Abandono e lixo
A Vila Elvira está toda emparedada. Da varanda de Francisco Reis vê-se um prédio abandonado e cheio de lixo e o esqueleto de um outro

seus imóveis – e alguns fizeram-no e estão a fazê-lo no Tarujo – e poderes ao município para negociar propriedades e fazer expropriações. Era isso que estava previsto para o Pátio Martins, que é de privados, e de onde 11 famílias foram retiradas e realojadas em casas municipais, com a promessa de o pátio passar para as mãos da autarquia e ser reabilitado. Não aconteceu nem uma coisa nem outra. E agora o que corre no bairro é que algumas casas estão ocupadas.

A ambição da câmara era grande. A proposta era “potenciar, a partir da zona geográfica de Campolide, a criação de uma zona-piloto que contribu[ísse] para que Lisboa seja uma cidade mais sustentável a nível social, económico e ambiental”. Falava-se de criar habitação pública, reabilitar o edificado, criar um espaço público onde apetecesse estar e as condições para que pequeno comércio e oficinas se instalassem. Também se propunha reabilitar hortas urbanas e criar mais, em tal número e tamanho que pudessem fornecer as escolas e mercados das proximidades. Melhorar as acessibilidades à zona e ligá-la novamente ao resto de Campolide – algo que se perdeu de certa forma com a abertura da larga

O bairro que é “uma aldeia na cidade” está perto e longe de tudo



Fonte: Google Earth, PÚBLICO